



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39

Ata da 10ª Sessão Plenária Ordinária de 2016

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

Aos 27 de outubro de 2016, no “Auditório Rosário I - República” do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo - SP, teve início às 14h a 10ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do conselho **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**. Assinaram a lista de presença 62 (sessenta e dois) participantes, dentre os quais 57 (cinquenta e sete) conselheiros titulares, 02 (dois) suplentes de conselheiro no exercício da titularidade, a saber, Augusto França Neto, Douglas Ellwanger, João Antonio Danielson Garcia, e, ainda, o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **A) VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Foi verificado quórum de 49 (quarenta e nove) conselheiros entre titulares e suplentes no exercício da titularidade para o início dos trabalhos. Para compor a mesa, o Presidente convidou o Vice-presidente do CAU/SP Valdir Bergamini, o conselheiro federal do CAU/BR por São Paulo Renato Luiz Martins Nunes e o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **B) ABERTURA DA 10ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP DE 2016. C) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Após a abertura da plenária o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** solicita a execução do Hino Nacional Brasileiro. **D) APROVAÇÃO DA ATA DA 9ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 REALIZADA EM 22/09/2016.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação para aprovação da Ata supracitada, a qual é **APROVADA** por 47 votos a favor, nenhum voto contrário, e nenhuma abstenção. **E) INFORMES DO PRESIDENTE.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**, prossegue a pauta com seus informes. Ressaltou que na presente data o CAU/SP teve a oportunidade de contar com a presença de vários colegas do CAU/BR, pois na parte da manhã houveram várias reuniões que contaram com a presença da Comissão de Assistência Técnica do CAU/BR que se reuniu com o GT Assistência Técnica do CAU/SP, a Comissão de Legislação e Normas contou com a visita da colega Gislaïne Saibro, Conselheira Federal do Rio Grande do Sul, e nossa Comissão de Finanças recebeu a visita do Gerente Geral e do Gerente Administrativo do CAU/BR. Agradeceu a presença de todos e enfatizou que é sempre um prazer e uma satisfação receber a todos. Informou também a presença do colega Contier na presente Plenária. A Conselheira Federal do Rio Grande do Sul **GISLAINE VARGAS SAIBRO** agradece o convite para conhecerem a plenária do CAU/SP e informa que hoje tiveram reunião a respeito dos aspectos do regimento interno do CAU/SP e também sobre o desenvolvimento dos planos de implantação do Gespública. Por fim, destaca que nem o plenário ampliado do CAU/BR é tão grande quanto o plenário do CAU/SP, e que tem certeza que irão aprender algumas coisas com a dinâmica de funcionamento de um plenário tão diferente dos demais, desejou um bom trabalho a todos. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** destaca a presença de Eduardo Bimbi, assessor da presidência do CAU/RS, e de Rodrigo Jaroseski, gerente geral do CAU/RS, e que também tiveram uma reunião na parte da manhã na sede do CAU/SP para tratar do Gespública e de uma série de questões que estão sendo tratadas entre o CAU/SP, CAU/BR, e o CAU/RS. Passou



40 assim a palavra para o Conselheiro Contier. O conselheiro federal suplente do CAU/BR por São
41 Paulo **LUIZ AUGUSTO CONTIER** primeiramente ressalta que combinou que seria conselheiro
42 suplente de um conselheiro compromissado, afirmou que o Renato é um conselheiro que nunca
43 falta e tem boa saúde, diz ser um prazer estar de volta ao Conselho e que estão vivendo um
44 momento muito sério no país no qual a profissão de arquiteto foi profundamente afetada com a
45 crise, sendo necessário fazerem uma reflexão conjunta para encontrar os caminhos de saída dela.
46 O Presidente passa então a palavra para o Conselheiro Renato Nunes. O conselheiro federal do
47 CAU/BR por São Paulo **RENATO LUIZ MARTINS NUNES** inicia sua fala afirmando reduzirá sua
48 fala tendo em vista a pauta extensa a ser cumprida. Observa ao comentário do Colega Contier,
49 que se ele faltasse seria esquecido rapidamente. Comenta sobre a expectativa quanto ao
50 andamento das reuniões com o CONFEA, destacando que a gentileza e o tratamento educado
51 são recíprocos, mas estão andando num pântano sem sustentação. A tentativa é chegar num
52 entendimento que possa gerar uma aplicação da Resolução 51 de uma forma plena, o que
53 significa que as prefeituras e o próprio CONFEA devem aderir com um ponto de vista relacionado
54 à conjunção de esforços, juntando todos os setores em uma tarefa comum em benefício da
55 sociedade. Entretanto, isso é difícil pois o CONFEA tem atrás de si um universo de profissionais
56 que vivem da questão de fazerem ou assinarem projetos. Informou ter recebido do Presidente da
57 Federação, Jefferson, uma cópia de um ofício de uma promotora de justiça se dirigindo a uma
58 instância superior da justiça acerca da defesa de uma prefeitura sobre a Resolução 51. E ela diz
59 textualmente que não pode fazer nada contra a Resolução 51 porque é um documento
60 absolutamente legítimo dentro dos preceitos da legislação que criou o CAU. Então, mesmo que o
61 CAU queira fazer um acordo que fragilize a Resolução 51 isso contrariará a visão da lei sobre
62 isso. Portanto, o conselheiro afirma ser necessário manter a firmeza a respeito desse assunto
63 assim como foram firmes na questão da reserva técnica, que deu resultados crescentes nos
64 estados, é necessário manter firmeza nesse quesito. Se coloca a disposição para conversar com
65 quem tiver dúvidas. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
66 agradece a fala do Conselheiro Renato Nunes e prossegue com seus informes. O Presidente
67 informa que a Prefeitura Municipal de São Paulo pretendeu há um tempo retirar todos os
68 escritórios de arquitetura da classificação de uniprofissionais referente ao recolhimento de ISS.
69 Então, um recolhimento do imposto que seria de cerca de R\$ 900,00 por profissional tornar-se-ia
70 5% do valor da nota emitida. Essa mudança fez com que todos os escritórios antigamente
71 qualificados como uniprofissionais fossem multados nos últimos cinco anos, o que resultou em
72 multas de mais de R\$ 2 milhões, valor que muitos escritórios não tinham condição de pagar.
73 Houve uma negociação na época e depois de muita pressão em cima da prefeitura ela declarou
74 que todos os escritórios que tivessem multa de até R\$ 1 milhão seriam isentos e os que tivessem
75 acima disso só pagariam a diferença. Ainda assim isso causou sérios problemas tendo em vista a
76 atual situação do país. Ademais, dentro dessa classificação havia um questionário que todas as
77 empresas respondiam e em que quase todas eram mantidas como uniprofissionais. Porém, há
78 cerca de 10 dias a prefeitura adicionou uma nova pergunta, indagando se esses escritórios tinham
79 no nome das empresas Ltda. no seu contrato social, sendo que quase todos têm. E ao responder



80 sim a esta pergunta a prefeitura aplica multa dos últimos cinco anos sobre o escritório. Eles deram
81 o prazo de até 31 deste mês para que as empresas retirassem o Ltda, o que causou vários
82 problemas, pois várias empresas entraram em contato com o CAU pleiteando a mudança do
83 contrato social que precisa ter registro no Conselho. Isso vai inviabilizar o funcionamento de
84 muitos escritórios. Além dos arquitetos, também estão sendo afetados advogados, médicos,
85 contabilistas. Nesse sentido, o Sinaenco entrou na justiça com uma liminar, a qual foi indeferida, e
86 irão tentar novamente, assim como o Sindicato dos Contabilistas também o fez e também teve
87 pedido liminar negado. Então, o Presidente explica que os conselheiros possivelmente serão
88 procurados por outros profissionais perguntando o que o CAU pode fazer. Porém, como o CAU é
89 uma autarquia ele não pode fazer nada, mas seguirá apoiando as entidades que têm entrado na
90 justiça e divulgando as ações, mas afirma que se não houver uma mudança na prefeitura vai
91 haver grandes dificuldades aos escritórios de arquitetura aqui na cidade de São Paulo. O
92 Presidente informa que na semana passada receberam pela primeira vez uma solicitação do
93 Ministério Público requerendo uma manifestação a respeito de um profissional que entrou no
94 Ministério Público contra o Conselho a respeito da necessidade dos profissionais que têm diploma
95 estrangeiro apresentarem tradução juramentada de toda a documentação. É uma exigência de
96 uma resolução do CAU/BR apresentar o reconhecimento do diploma numa instituição pública, a
97 tradução juramentada do diploma, e a tradução juramentada de toda a documentação referente ao
98 seu currículo escolar. Isso incorria em centenas de páginas de currículo escolar que resultavam
99 num elevado valor financeiro de tradução juramentada, o que é uma reclamação constante dos
100 profissionais sentida pelo Conselho. Esse profissional pediu ao Ministério Público para não ser
101 identificado e o Ministério Público deu ao CAU/SP 10 dias para se manifestar a respeito disso.
102 Nesse período foi encaminhado isso à Diretoria de Ensino e ao Departamento Jurídico, além de
103 ao CAU/BR para se manifestarem. O CAU/BR nesse momento reconheceu a situação
104 insuportável e o Presidente Haroldo, junto com a Comissão de Ensino, editou uma resolução ad
105 referendum da plenária retirando a tradução juramentada de toda a documentação e histórico do
106 profissional. Ou seja, o profissional que solicitar a sua inscrição no Conselho só vai precisar ter
107 tradução juramentada no diploma fornecido pela sua instituição de ensino. Isso irá minimizar
108 bastante os problemas enfrentados pelo Conselho. Continuando, hoje está sendo distribuído o
109 número quatro da revista do Conselho cujo tema é patrimônio histórico. O Presidente solicita que
110 todos os colegas membros de GT e comissões produzam os textos para que possam divulgá-los
111 nas revistas quando solicitados porque estão fazendo num sistema de rodízio a divulgação para
112 que os profissionais possam ter pleno conhecimento das atividades do Conselho. Informou que foi
113 realizado a cerca de 20 dias o primeiro workshop dos GTs do CAU/SP, que contou com a
114 presença de mais de 400 participantes, sendo um evento bastante importante pois levamos aos
115 profissionais o conhecimento da atuação dos nossos Grupos de Trabalho. Ademais, informa o
116 presidente que pretende pautar futuramente para discussão em plenária qual o papel dos GTs no
117 Conselho, pois muitos GTs estão apresentando o trabalho dentro só de atuação em políticas
118 públicas governamentais da temática específica do tema do GT. Mas, isso não é papel do CAU, o
119 GT tem que servir de apoio ao plenário e ao Conselho trazendo informações que possam ser



120 utilizadas do ponto de vista funcional pelo Conselho, e não discutir especificamente as questões
121 de políticas públicas. Por sermos uma autarquia pública não nos cabe manifestar a respeito de
122 políticas públicas. Então, é necessário conceituar isso para que possam auxiliar o trabalho dos
123 GTs de uma melhor maneira, e será pautado porque é importante que todos se manifestem.
124 Temos 15 grupos de trabalho que podem trazer uma contribuição expressiva ao Conselho, com o
125 trabalho deles encaminhado e com maior efetividade para o Conselho. Informa que saiu no fim da
126 semana passada o resultado do edital de parceria do antigo sistema de patrocínio. Foram
127 contempladas 22 entidades, dessas haverá uma segunda entrega de documentação, e então a
128 finalização em função do orçamento. Todas as informações já constam em nosso site. Muitas
129 entidades foram desclassificadas em função do rigor da lei apresentada pelo Governo Federal e
130 por erro de apresentação de documentação. Pretende-se lançar um novo edital em janeiro. Além
131 disso, informa que o CAU/BR editou que o CAU/SP deve disponibilizar 02%, quase R\$ 800 mil, de
132 seu orçamento para atividades ligadas à assistência técnica. Como ainda não sabem como
133 montar esse edital, o Presidente solicita sugestões dos conselheiros. Finalizou informando que
134 amanhã será feriado do funcionário público e por esse motivo o Conselho não funcionará, e que o
135 ressarcimento aos conselheiros referente à plenária será na próxima semana. O conselheiro
136 **LUCIO GOMES MACHADO** afirma, com relação à questão da tradução dos documentos, que
137 acredita que há uma lei dizendo que esses processos administrativos devem ser redigidos em
138 português e questiona como isso foi contornado. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**
139 **DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que em sua opinião o CAU/BR entendeu de maneira correta
140 que a partir do momento em que a universidade já reconheceu ou entendeu a tradução
141 apresentada pelo profissional cabe ao Conselho simplesmente reconhecer. O conselheiro federal
142 suplente do CAU/BR por São Paulo **LUIZ AUGUSTO CONTIER** afirma que o fato da universidade
143 ter retificado o diploma não quer dizer nada, o sujeito é apenas bacharel em arquitetura, e que
144 para virar arquiteto não há exame, mas há a inscrição no CAU. Se o diploma não atende às
145 necessidades da formação de arquiteto e as diretrizes curriculares nacionais ele vai continuar
146 sendo bacharel em arquitetura. Ademais, o conselheiro afirma que quem vai dizer se ele pode ser
147 arquiteto ou não é o CAU, o que é algo que o Conselho não pode abdicar, estando errado o
148 entendimento de que, se a universidade concedeu, está feito. A conselheira **DEBORA PINHEIRO**
149 **FRAZATTO** afirma que a deliberação que foi assinada ad referendum pelo presidente do CAU/BR
150 Haroldo e a CEF/BR indicam que não tem mais que apresentar a tradução juramentada, é de
151 responsabilidade da pessoa requerente a tradução dos documentos, o CAU deve apenas tomar
152 ciência dos documentos. E eventualmente se houver alguma inverdade colocada na sua tradução
153 isso será encaminhado inclusive ao Ministério Público para julgamento. Isso porque a tradução
154 juramentada se transformou num mercado absurdamente caro, inviabilizado o acesso desses
155 profissionais estrangeiros para encaminharem os seus processos dentro do CAU é que foi
156 mudada. O conselheiro **JOSÉ ANTONIO LANCHOTI** afirma que discutiram isso maciçamente na
157 reunião da CEP, e que na verdade o que se retirou como obrigatoriedade foi o juramentado do
158 restante dos documentos. Ademais, afirma que o conselheiro Contier tem razão, se alguma
159 universidade reconhecida ou não dá o diploma, o CAU deve ter o cuidado de por exemplo



160 observar se as 3600 horas foram cumpridas. O curso deve ser registrado no CAU para verificação
161 se cumpre todas as exigências federais e o mesmo tem que ser feito com os estrangeiros, mas se
162 tratando de uma polêmica muito grande dentro da comissão. O conselheiro **LUCIO GOMES**
163 **MACHADO** afirma que nenhum diploma dos nacionais está sendo verificado de fato, portanto,
164 estão dando indevidamente o registro sem exame de caso a caso. Ademais, sabe-se que várias
165 universidades públicas ou privadas não dão o conteúdo programático adequadamente, algumas
166 sequer dão o conteúdo que consta das diretrizes curriculares. Então, o conselheiro acredita que é
167 preciso colocar essa questão em panos muito claros porque não tem sentido nenhum exigir isso
168 dos estrangeiros se não se exige dos nacionais. O conselheiro **NILSON GHIRARDELLO** pergunta
169 onde está a economia para o interessado, pois na verdade ele já vai ter que fazer isso para as
170 universidades, que tem que públicas, e toda a documentação, seja diploma, notas ou histórico,
171 tudo tem que ser feita uma tradução juramentada, então esse mesmo documento ou essa mesma
172 tradução poderia ser encaminhada ao CAU. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
173 **OLIVEIRA BELLEZA** responde que a lei diz que caso a universidade tenha dentro do seu quadro
174 um profissional que assuma a tradução ele pode fazer sem ter tradução juramentada. O
175 conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que o processo continua irregular na medida em
176 que ele não está em língua portuguesa. Então, o CAU não pode aceitar uma coisa irregular. O
177 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que será
178 traduzido. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** responde que a tradução só é válida quando
179 um tradutor juramentado a assina. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
180 **BELLEZA** solicita que isso seja discutido na próxima pauta da Comissão de Ensino. **ORDEM DO**
181 **DIA: 1) APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º**
182 **TRIMESTRE 2016 DO CAU/SP.** O conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** inicia a apresentação
183 explicando que será um resumo dos números do terceiro trimestre do CAU/SP, pois a prestação
184 de contas detalhada já foi recebida pelos conselheiros. Acumulado até setembro há R\$ 30
185 milhões, R\$ 13 milhões de anuidades, R\$ 14 milhões de RRT, R\$ 660 mil de multas e juros, R\$
186 4.156 milhões de aplicação financeira, e R\$ 193 mil de outras receitas. Se forem comparados
187 projetados e executados, a arrecadação ficou um pouco acima do projetado em 05% depois da
188 primeira reformulação. No terceiro trimestre passou-se a ter um acréscimo de receita em relação
189 ao primeiro e segundo trimestres, sendo que o projetado é de R\$ 30.660 milhões e os realizados
190 quase R\$ 32.300 milhões. Anuidade de pessoa física ficou 04% acima. Anuidades de pessoas
191 física de anos anteriores 0,6%. Anuidades de pessoas jurídicas também 04% acima. Anuidades
192 de pessoas jurídicas dos anos anteriores: 0,8%. Multas e taxas: praticamente o que foi previsto.
193 RRT: 2,7% acima do previsto. Restituições: 170% a mais, o percentual é alto, mas no total não
194 significa uma alteração significativa. E aplicação financeira: 19% a mais do previsto. Despesa de
195 pessoal: R\$ 11.660 milhões. O CAU/BR limita em 55% sobre a receita a despesa com o pessoal,
196 mas o CAU/SP definiu que teria que ser no máximo 45%. Material de consumo: R\$ 80 mil. Diárias:
197 R\$ 2.160 milhões. Despesas com pessoas jurídicas, que são passagens e outras despesas: R\$
198 3.740 milhões. Encargos diversos: R\$ 725 mil, despesa com bancos e taxas, etc. Transferência
199 para o fundo do CAU/BR: R\$ 2.760 milhões. Despesa de capital: R\$ 24 mil. A despesa de pessoal



200 foi de 36% do arrecadado. Despesa de serviços de pessoas jurídicas usou 12% do que foi
201 arrecadado. Diárias: 07% do arrecadado. Material de consumo: 2,2%. Despesa de capital:
202 praticamente não ocorreu. Outros encargos: 02%. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO**
203 **DE MOURA** pergunta o que são despesas de pessoas jurídicas, pois é a segunda maior despesa
204 do CAU. O conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** responde que são despesas de viagens, por
205 exemplo, transporte e passagens. Continua o conselheiro com sua apresentação. Até o fim de
206 setembro foram registrados 26.295 RRTs, ou seja 169 RRTs a mais do que um ano atrás, e hoje
207 existem 5.385 empresas pessoas jurídicas de arquitetura atuando no estado, sendo que eram
208 5.020 no começo do ano. Ademais, existem 47.100 profissionais ativos no estado. O conselheiro
209 **LUCIO GOMES MACHADO** pergunta se esse número de profissionais ativos já expressa o
210 expurgo feito a partir da lista enviada pelo CREA. O conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT**
211 responde que sim. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** pergunta qual é a
212 definição de profissional ativo e profissional não-pagante, pois entende que o profissional que não
213 paga não pode ser considerado ativo pelo conselho. O conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT**
214 responde que ele é inadimplente. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA**
215 pergunta se sendo inadimplente oficialmente pode fazer algum trabalho sem pagar o Conselho. O
216 conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** responde que ele pode ter pago em anos anteriores e não ter
217 pago este ano. O coordenador de planejamento estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria
218 Financeira **MESAQUE ARAÚJO SILVA** afirma que com os dados enviados pelo CREA foram
219 retirados do banco de dados do CAU/SP cerca de 4.600 arquitetos, sendo que o número que
220 estão usando para efetuar o trabalho de cobrança dos inadimplentes é de 47.100 arquitetos. O
221 conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** pergunta em que momento desse quadro foi dada a
222 baixa nesse número de arquitetos não-ativos. O gerente financeiro **ROBERTO MUNUERA**
223 **REYES** responde que não efetivamente dos ativos, pois está em processo de consideração pelo
224 SICCAU. Foi encaminhado para o CAU/BR a informação do CREA, mas precisa ser feito isso
225 dentro do sistema, então eles estão contabilizados ainda porque não houve a efetiva retirada. O
226 gerente explica que receberam na listagem do CREA a informação que dos 12 mil enviados 08 mil
227 já não participavam no CREA, mas no banco de dados que foi trazido para o SICCAU constavam
228 como ativos. Portanto, existe um trâmite oficial burocrático dentro do SICCAU para poder
229 descredenciar esses arquitetos que hoje ainda constam como ativos, não sendo possível retirá-los
230 sem um documento ou processo efetivo. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
231 **OLIVEIRA BELLEZA** esclarece que tem profissionais que já são proibidos, não pagam mais,
232 então eles são ativos. Por isso que profissionais ativos quer dizer os que pagam e os que não
233 pagam, pois tem gente que não paga mas é ativo em função do tempo de formado. Então, o
234 número de profissionais que tinham em São Paulo na totalidade são de 55 mil aproximadamente.
235 Dos 12 mil que foram mandados para o CREA e que o Conselho tinha como não pagantes o
236 CREA respondeu que quase 09 mil já eram inativos. Após passarem essa informação estão
237 corrigindo os números, mas a correção não pode simplesmente apagar o nome do profissional, é
238 necessário encaminhar ao CAU/BR, que irá fazer o procedimento que irá remover dos 56 mil
239 profissionais quase 09 mil que já estavam isentos da listagem do CREA. Depois a Arpen vai



240 informar dentro da listagem total do Conselho quais são os profissionais já falecidos e vai enviar
241 um atestado de óbito de todos esses profissionais. O coordenador de planejamento estratégico,
242 orçamentos e projetos da Diretoria Financeira **MESAQUE ARAÚJO SILVA** afirma que o número
243 de 47.100 já desconsidera essa lista que o CREA encaminhou recentemente. O conselheiro
244 federal suplente do CAU/BR por São Paulo **LUIZ AUGUSTO CONTIER** afirma que a dúvida
245 acontece porque desde 2012 vinha-se de uma progressão e em nenhum momento se tiram 09 mil
246 profissionais. Ademais, afirma que quando passaram do CREA para o CAU foi feito um
247 recadastramento de todos os arquitetos que queriam continuar arquitetos, sendo essa a lista
248 definitiva. Mas, o CAU foi pegar uma lista imensa do CREA, cheia de vícios e erros, sendo
249 detectado pelo conselheiro em um trabalho exaustivo de verificação de CPFs no banco de dados
250 que há várias entradas com o mesmo CPF, estando inflada a referida lista. Sendo assim, a lista
251 que vale é aquela dos que se cadastraram e manifestaram profundo interesse em continuarem
252 sendo arquitetos. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que sem esclarecer essa
253 questão não dá para continuar, pois precisam saber quantos arquitetos existem. O Presidente
254 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que para não se estenderem
255 nessa questão irá solicitar para a pautar para a próxima plenária uma apresentação das Diretorias
256 Administrativa e Financeira especificamente sobre o número de profissionais ativos no
257 conselheiro. O conselheiro **SILVIO JOHN HEILBUT** retoma sua apresentação. A receita corrente
258 prevista era de R\$ 38 milhões neste ano, sendo que no ano passado eram R\$ 34 milhões.
259 Reserva de contingência R\$ 200 mil. O saldo orçamentário neste ano até o momento é de R\$ 11
260 milhões. E o saldo disponível em conta corrente é de R\$ 47.580 milhões até o dia 30 de setembro.
261 O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a votação para
262 aprovação do relatório de prestação de contas, o qual é **APROVADO** com 47 votos a favor, 01
263 contrário, e 03 abstenções. **2) APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E**
264 **ORÇAMENTO DE 2017 DO CAU/SP COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.** O conselheiro
265 **JOSÉ BORELLI NETO** inicia a apresentação informando que tinham considerado para as receitas
266 correntes na reprogramação de 2016 R\$ 38 milhões. Já para a programação de 2017 estão
267 considerando R\$ 44 milhões. Esse número corresponde a um percentual de 18,2% que fizeram de
268 projeção do número de profissionais ingressantes na profissão além das correções monetárias
269 que são feitas todo ano e uma participação no total da arrecadação de 68,1%. As anuidades de
270 pessoa física em 2016 R\$ 12.615 milhões, enquanto para 2017 R\$ 15.317 milhões. O trabalho
271 feito com os inadimplentes em 2016 R\$ 01.247 milhão, previsão de R\$ 01.858 milhão, uma
272 variação de 37,9%. Estima-se numa projeção conservadora que conseguirão que pelo menos 10%
273 dos inadimplentes retornem ao mercado de trabalho. O RRT na reprogramação de 2016 R\$
274 18.473 milhões, para a programação de 2017 R\$ 20.520 milhões, uma variação de 11,1% e uma
275 participação no total da receita de 31,1%. A arrecadação total na reprogramação de 2016 foi de
276 R\$ 58.223, na previsão para 2017 R\$ 66.074, uma variação de 13,5% do total. Projetos e
277 atividades. Da área da Presidência e da vice tem-se imobilizado R\$ 15.141 milhões, plano de ação
278 e atividade R\$ 13 milhões, plano de ação e projeto R\$ 02.563, plano de ação e atividade mais os
279 projetos R\$ 15.881 milhões. Outras despesas executivas, comissões permanentes, comissões



280 especiais, grupo de trabalho, imobilizado R\$ 21.071 milhões, plano de ação R\$ 31 milhões, plano
281 de ação mais projeto R\$ 02.826 milhões, plano de ação mais projeto em atividade R\$ 40.141
282 milhões. Uma despesa relativamente significativa é no CSC de R\$ 02.826.335 milhões, fundo de
283 apoio aos CAUs básicos R\$ 01.301 milhão. Para a reserva de contingência tem-se feito todo ano
284 essa previsão de R\$ 275 milhões. Subtotal de transferências correntes e reserva tem-se R\$
285 04.850 milhões. As despesas mais as transferências correntes e reservas R\$ 20 milhões. O
286 imobilizado de R\$ 36 milhões no plano de atividades e ação, R\$ 08 milhões para o plano de
287 orientação de projeto, e no total atividade mais projeto R\$ 44 milhões. A conselheira **MÁRCIA**
288 **REGINA DE MORAES DINO DE ALMEIDA** pergunta como está prevista a compra da sede no
289 plano de ação. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** responde que a projeção está prevendo a
290 compra da sede e que a comissão especial responsável irá apresentar os trabalhos que têm sido
291 feitos até agora e solicitar ao plenário licença para que possam continuar as tratativas comerciais
292 para adquirir a sede. Segue o conselheiro com sua apresentação. As despesas, no caso da
293 Presidência, na reprogramação de 2016 sem o imobilizado tem-se R\$ 10.140 milhões, com a
294 reprogramação e com o imobilizado R\$ 29 milhões. Pra 2017 sem o imobilizado R\$ 11.435
295 milhões, com o imobilizado R\$ 26 milhões, uma variação de 2016 pra 2017 de 12,1%. A previsão
296 no total das diretorias para 2017 é de R\$ 10.435 milhões, uma variação de 23,2%. O coordenador
297 de planejamento estratégico, orçamentos e projetos da Diretoria Financeira **MESAQUE ARAÚJO**
298 **SILVA** complementa que o valor previsto no plano de ação referente ao patrocínio e o valor a ser
299 gasto com despesas foram feitos sobre o valor de arrecadação excluído aquele valor a ser
300 arrecadado via cobrança da inadimplência. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que
301 estiveram em uma reunião com a COA em Vitória e lá foram informados de uma série de
302 inadequações em procedimentos de plenária e das comissões que precisam ser adequados à
303 legislação e às práticas do CAU/BR. A primeira delas é que a plenária não examina o orçamento
304 em si, mas ela vota o teor de uma deliberação fundamentada da Comissão de Finanças. É essa
305 deliberação que tem que ser apresentada ao plenário, podendo estar em anexo a outra. O
306 conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** responde que tanto o relatório trimestral como a previsão
307 orçamentária para o ano de 2017 já foi avaliada e analisada pela Comissão de Orçamento e
308 Contas, já tendo sido aprovada. A condição para vir ao plenário é que ela tenha sido aprovada
309 pela comissão. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** responde que sim, mas o que teria que
310 ser exposto na tela é essa deliberação. Ademais, o conselheiro pede que não seja aprovado o
311 texto de introdução do plano porque ele é ilegível. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** sugere
312 que ele fique de fora da aprovação dos números dentro do plano pois fará uma revisão do texto e
313 o encaminhará novamente aos conselheiros. A conselheira **BERTHELINA ALVES COSTA** pede a
314 palavra e afirma que o Conselho não cumpriu o seu papel de discutir o plano de ação para 2017,
315 faltou definirem prioridades. Nesse sentido, a conselheira acredita que ou o Conselho começa a
316 discutir o que quer fazer, o que irá priorizar, ou irão continuar discutindo números e encontrando
317 problemas. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que um exemplo que foi várias
318 vezes levantado por outras pessoas e por ele mesmo é a absoluta falta de fiscais na sede, e
319 questiona como isso não foi considerado. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** responde que



320 essa metodologia de trabalho foi a que foi possível fazer. Ademais, foram feitas reuniões com
321 todas as comissões solicitando a elas as suas necessidades, de que maneira eles gostariam de
322 trabalhar, o que precisavam, etc, fazendo uma projeção do que imaginariam como sendo o ideal
323 para 2017. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que o problema é que esse
324 planejamento não reflete o plenário, reflete um número diminuto de pessoas que não ouviram as
325 necessidades levantadas pelo plenário. Além disso, afirma que a prática usual para fazer o
326 planejamento não está correndo legal, pois quando aconteceu a aprovação do outro plano já
327 ocorreu a mesma coisa, já tinha se pedido para que houvesse uma discussão de estratégias. O
328 conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO** responde que a plenária até pode não ter sido ouvida neste
329 presente quórum, mas todos os conselheiros que fazem parte das comissões permanentes e
330 especiais são conselheiros deste plenário. Então, não se pode dizer que não foram ouvidos. O
331 conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** responde que participa de todas as reuniões da
332 Comissão de Fiscalização e não foram ouvidos sobre isso. O conselheiro **JOSÉ BORELLI NETO**
333 responde que tem relatórios de todas as comissões e todas as diretorias, isso está disponível para
334 quem quiser ler, e que tudo o que foi solicitado está contemplado nessa peça apresentada. A
335 conselheira **VERA SANTANA LUZ** afirma que não compete ao financeiro fazer planejamento
336 estratégico, compete contabilizar. Mas, diz concordar com a conselheira Berthelina Alves no
337 sentido de não terem um plano completo, visível, e inteligível para todos. O conselheiro **JOSÉ**
338 **BORELLI NETO** responde que há um plano de ação que não saiu do nada, eles são obrigados a
339 seguir uma orientação do CAU/BR, e que a metodologia que estão usando é a metodologia
340 possível. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** interrompe o
341 debate e afirma que na reunião de hoje por várias vezes disse que estavam encerradas as
342 inscrições e que depois de ter dito isso duas ou três pessoas levantam o braço pedindo a palavra.
343 Para tentar não decepcionar as pessoas está dando a palavra, mas há 12 itens de pauta, então
344 depois de dizer que estão encerradas as inscrições dos conselheiros não vai dar mais a palavra
345 porque senão a reunião não acaba. O conselheiro **MARIO YOSHINAGA** pede a palavra e afirma
346 que um conselho o qual recolhe todo o dinheiro de seus profissionais deveria zerar o seu
347 financeiro no final do ano e não sobrar um tostão para ir para o patrimônio porque todo o dinheiro
348 que é recolhido reverter em algum benefício para o profissional. Antes da votação o conselheiro
349 **LUCIO GOMES MACHADO**, por questão de ordem, afirma que se forem votar é necessário votar
350 a deliberação da Comissão de Orçamento, questionando onde ela está. O Presidente **GILBERTO**
351 **SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** responde que a deliberação foi aprovada pela
352 comissão. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** replica que ela precisa ser apresentada ao
353 plenário. Assim sendo, o Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** lê
354 a deliberação da Comissão Permanente de Orçamento e Contas solicitada pelo conselheiro. Após
355 a leitura o conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que a deliberação não está feita de
356 acordo com a Deliberação nº 39, estando irregular. Nesse sentido, o conselheiro encaminha sua
357 votação para que a apresentação tenha o seu texto refeito com as respectivas justificativas, a
358 inclusão das metas discutidas com as comissões, depois disso formulado um plano de conjunto.
359 Ademais, o afirma que plano adotado é o ponto de vista dos funcionários da seção financeira, que



360 fizeram com critérios que são absolutamente alheios ao que tem sido discutido constantemente no
361 plenário. Por isso, o conselheiro propõe que não seja aprovado hoje e que seja refeito o plano e
362 apresentado numa próxima plenária com a discussão concreta de cada um desses outros pontos
363 levantados aqui. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** inicia a
364 votação para aprovação do plano de ação, o qual é **APROVADO** por 34 votos a favor, 09
365 contrários, e 10 abstenções. **3) APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE TRABALHO DA COMISSÃO**
366 **ESPECIAL PARA A COMPRA/AQUISIÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO CAU/SP E DA**
367 **CONTINUIDADE DAS TRATATIVAS PARA COMPRA/AQUISIÇÃO DO IMÓVEL INDICADO**
368 **PARA INSTAURAÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO CAU/SP.** O Presidente **GILBERTO SILVA**
369 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** explica que essa comissão tem feito um trabalho há mais
370 de um ano e meio, e a respeito já foram feitos três chamamentos e estão à procura de um imóvel
371 conforme indicação deste plenário. A ideia de hoje é que a comissão faça uma apresentação de
372 todo o trabalho realizado, dando a indicação de prosseguimento em função do imóvel que vai
373 ser apresentado hoje. A conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN** inicia sua apresentação
374 informando que foram feitos três chamadas públicas desde dezembro de 2015, porém todas foram
375 desclassificadas porque não atendiam ao edital. Nesse sentido, segundo a legislação depois de
376 dois chamamentos o Conselho tem o direito de ir ao mercado procurar um imóvel. O CAU tem
377 uma exigência muito importante de proximidade de transporte público, principalmente de metrô.
378 Esse imóvel que estão apresentando hoje para apreciação e eventual autorização de
379 prosseguirmos não é um imóvel novo, foi construído nos anos 80, porém ele tem as principais
380 características que se tem no chamamento, as quais são: autoria de arquiteto; área de mais de
381 500 m² de laje para haver uma relação e um fluxo de trabalho administrativo adequado e eficiente;
382 no mínimo 02 mil m² de área total; proximidade a metrô, dentre outras. O imóvel possui mais de
383 685 m² por andar, área total de 3.800 m², estacionamento para 24 vagas, e está localizado a 300
384 metros da estação de metrô Fradique Coutinho. A comissão fez um levantamento dos valores do
385 metro quadrado no mercado, tendo como média geral é R\$ 12 mil, porém esse imóvel está sendo
386 oferecido ao valor de R\$ 6 mil o metro quadrado. O prédio tem duas entradas, uma pela Rua
387 Teodoro Sampaio e outra pela Matheus Grou, possui ar condicionado, encaiação de ar, e
388 sanitários recém reformados. Nesse sentido, a conselheira afirma que o que a comissão está
389 pedindo hoje é uma apreciação dos conselheiros quanto à qualidade do imóvel, a oportunidade de
390 adquiri-lo, e uma autorização para eventualmente continuarem o processo para sua aquisição. O
391 conselheiro **ROGÉRIO BATAGLIESI** informa que em termos de estrutura geral o imóvel precisa
392 de alguns reparos, os bris atualmente não estão sendo movimentados, precisa de alguns reparos
393 de fachada, alguns detalhes desse tipo. A comissão já fez até um pré-orçamento com a
394 construtora e para colocar o prédio funcionando custará em torno de R\$ 400 mil. A comissão
395 visitou a infraestrutura do imóvel, o qual tem um andar técnico, um segundo subsolo técnico
396 excelente, muito bem mantido. Ademais, o edifício já tem uma rampa de acesso para PNE que
397 serve à agência bancária que ocupa o térreo e serve ao edifício. Ele é bom, não é luxuoso, é
398 adequado a nossa condição, o que aliado ao valor faz a comissão considerar uma boa compra. A
399 conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN** afirma que talvez o edifício não tenha as características



400 dos edifícios que a comissão está encontrando em outras áreas da cidade, mas ele tem uma
401 qualidade arquitetônica, faz parte da história da arquitetura dos anos 80, e com pouquíssima
402 despesa e adaptações poderiam entrar assim que for acabada a compra e ir fazendo reformas
403 necessárias, o que economizaria o gasto de aluguel que o Conselho possui agora. O Presidente
404 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** acrescenta que para fazerem a
405 compra da sede houve a necessidade de que a comissão montasse um edital que colocou todas
406 as necessidades do CAU/SP. Apareceram imóveis dos mais diversos tipos, só que nenhum deles
407 se adaptou às necessidades do Conselho. Então, dentro do edital esse é o único que conseguiu
408 contemplar todas as especificidades da maneira solicitada com a avaliação que a comissão
409 chegou. O conselheiro **MARIO YOSHINAGA** pede a palavra e afirma que já disse antes que está
410 faltando objetividade quanto à sede. Nesse sentido, questiona porque o CAU/SP não faz concurso
411 público para sua sede assim como o CAU/BR está fazendo, visto que o conselho estadual possui
412 quase metade do orçamento do conselho nacional. Ademais, afirma que não basta estar num
413 imóvel de arquiteto, é necessário ter uma noção maior e trabalharem com o sistema de BTS, build
414 to suit, para fazerem uma sede sob medida. A conselheira **MÁRCIA REGINA DE MORAES DINO**
415 **DE ALMEIDA** pergunta ao conselheiro Batagliesi o que está se considerando nessa estimativa de
416 custo a respeito do retrofit. O conselheiro **PEDRO FIORI ARANTES** afirma que o prédio parece
417 realmente uma boa oportunidade, tem uma arquitetura que tem uma seção urbana interessante,
418 está bem localizado no eixo de transporte, tem baixo custo. Ademais, hoje há o desafio nas
419 cidades brasileiras de se pensar a renovação do patrimônio construído e não só construir um
420 novo. Então, o conselheiro acredita que é importante que se negocie o prédio como um todo e no
421 lugar da agência bancária se possa fazer uma espécie de espaço público dos arquitetos para
422 debate. O conselheiro **JOÃO SETTE WHITAKER FERREIRA** afirma que todas as informações
423 que foram apresentadas mostram que é um achado que não deve ser desconsiderado. O preço é
424 extremamente competitivo, numa localização em São Paulo a 300 metros da entrada do metrô da
425 linha amarela. Embora o prédio não seja dos mais modernos, ele é bastante recente na sua
426 concepção, tem até os andares livres com a viabilidade de readaptação. E o conselheiro concorda
427 com o que o conselheiro Pedro Arantes falou sobre a ideia de ter um CAU que tenha uma
428 presença e uma visualização maior para a sociedade, o que pressupõe ele não ser uma entrada
429 lateral de uma agência do Itaú, mas sim ter uma entrada digna. Ademais, o conselheiro acredita
430 que que a gestão de uma entidade que nem o CAU tem que ser feita a longo prazo, mas tem que
431 se prever ações de curto e médio prazo também. Então, o conselheiro acha que o que o
432 conselheiro Mario Yoshinaga falou é extremamente pertinente, pois a médio e longo prazo tem
433 que se pensar que o CAU deva ser uma vitrine do que é a boa arquitetura para São Paulo e para
434 o Brasil. Portanto, faz todo sentido que se pense que um dia o CAU possa ter uma sede que não
435 só seja o resultado de um concurso, mas que além do mais seja um concurso com uma carta de
436 encargos que envolva todos os aspectos da boa arquitetura atual. Então, o conselheiro aprova o
437 encaminhamento da compra desse prédio, mas sugere que de imediato se coloque a longo prazo
438 a perspectiva do CAU poder realizar um concurso para uma sede definitiva, porque lá para a
439 frente o Conselho poderá vender esse prédio e ele inclusive fazer parte da negociação para poder



440 fazer a aquisição da construção de um prédio por concurso. A conselheira **ANNE MARIE**
441 **SUMNER** afirma que essa discussão é de uma importância ímpar e que em sua opinião o
442 Conselho não pode ou deve tomar uma decisão pelo sim ou pelo não hoje. A conselheira acredita
443 que a hipótese de concurso é absolutamente desejável, mesmo não havendo oposição absoluta
444 entre o concurso e a utilização de um prédio já construído, não acreditando ser uma boa política
445 em termos estratégicos essa compra. Ademais, o caixa que o Conselho tem hoje possibilita,
446 inclusive numa tal conjuntura econômica, uma boa compra de um terreno e a organização de um
447 concurso para valer da melhor forma possível, aprofundando mais essa discussão. O conselheiro
448 **ANTONIO JOÃO MALICIA FILHO** afirma que sua posição se diz em relação à localização, pois o
449 local é terrível com relação ao trânsito. Ademais, para quem anda a pé e tem mais de 60 anos 300
450 metros é uma distância muito grande para se andar. Então, acredita que devem pensar no centro
451 antigo da cidade num local de cruzamento das duas mais antigas linhas de metrô da cidade. A
452 conselheira **ANNE MARIE SUMNER** afirma que há uma decisão anterior a toda a discussão, que
453 é se irão fazer um concurso ou comprar um imóvel já existente. O conselheiro **ROGÉRIO**
454 **BATAGLIESI** afirma que existe uma recomendação do TCU passada pelo jurídico de que o
455 CAU/SP já deveria ter empregado o dinheiro na compra de uma sede ou na concretização de uma
456 sede. Com essa pressão do TCU e com as deficiências que o Governo Federal tem com a sua
457 voracidade em captação de recursos neste momento, o Conselho pode acabar perdendo esse
458 dinheiro. Ademais, o orçamento citado de R\$ 400 mil é para colocar o prédio como ele é em
459 funcionamento, e o prédio em si o conselheiro e todos os que visitaram entendem que tem muitas
460 possibilidades e algumas facilidades para a implementação desse procedimento. Com relação ao
461 que o conselheiro Pedro Arantes falou sobre reforma o conselheiro considera uma ideia
462 interessantíssima, mas por outro lado seria muito bacana fazer um concurso. Entretanto, a visão
463 recomendável é que o Conselho invista esse dinheiro como um benefício neste momento. Acerca
464 da agência bancária o conselheiro afirma que a ideia deles é ficar de cinco a 10 anos com essa
465 agência instalada lá. Então, se o CAU quiser e puder alugar a agência para eles é possível
466 comprar o prédio já, até porque há caixa para isso, é uma questão de a negociação ir adiante ou
467 não. O conselheiro **SILVIO ANTONIO DIAS** afirma que querendo ou não hoje em dia uma agência
468 bancária é um grande risco, pois pode amanhecer tendo sido explodida. Ademais, a localização é
469 perfeita, mas o uso integral do edifício seria mais propício já que existe esse cenário. A
470 conselheira **JACOBINA ALBU VAISMAN** afirma que o maior desejo da comissão foi encontrar um
471 terreno para que se possa fazer um concurso de arquitetura e a construção de um edifício, isso foi
472 pesquisado, mas houve muito poucas propostas no centro expandido e a valores absolutamente
473 impossíveis. O que a comissão está trazendo para o plenário não é o preferido, não é o que
474 queriam, não é um prédio que é o último em termos de arquitetura, mas é um projeto que tem
475 qualidade arquitetônica e que envergonha o CAU. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES**
476 **DE OLIVEIRA BELLEZA** então inicia a votação para aprovação do relatório de trabalho da
477 comissão e da continuidade das tratativas para compra da sede, os quais são **APROVADOS** com
478 46 votos a favor, 06 contrários, e nenhuma abstenção. **4) CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE**
479 **SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, APROVAÇÃO DE SEUS MEMBROS E SEU PRESIDENTE. O**



480 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** explica que precisam criar
481 uma comissão que seja responsável pela apuração de sindicância contra conselheiros. Tal
482 comissão terá cinco conselheiros titulares, sem suplentes, que terão como função analisar e julgar
483 processos administrativos contra conselheiros do CAU/SP. Nesse sentido, o Presidente abre as
484 inscrições para os conselheiros que desejarem se candidatar. Após as inscrições, informa que são
485 nove candidatos para três vagas, então os três mais votados serão eleitos. Os candidatos e seus
486 respectivos votos recebidos são: Antonio Celso 10 votos, Marcia Mallet 24 votos, Márcia Dino 03
487 votos, Silvio Dias 16 votos, Mario Yoshinaga 19 votos, Claudio Ferreira 17 votos, Claudete Lopes
488 19 votos, Lucio Gomes Machado 22 votos, e Nancy Laranjeiras 08 votos. Então, são eleitos os
489 conselheiros Marcia Mallet, Lucio Gomes Machado, enquanto os conselheiros Mario Yoshinaga e
490 Claudete Lopes empataram com 19 votos cada. Em votação de desempate o conselheiro Mario
491 Yoshinaga recebe 19 votos, enquanto a conselheira Claudete Lopes recebe 26, sendo, então,
492 eleita a conselheira. O Presidente sugere que o conselheiro mais votado seja o presidente da
493 comissão, o que é prontamente aceito pelo plenário. **5) APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA**
494 **DPOSP Nº 0092-06/2016 QUE APROVOU O REDIMENSIONAMENTO DAS ÁREAS DE**
495 **ABRANGÊNCIA DAS SEDES REGIONAIS DO CAU/SP PARA INCLUIR A CIDADE DE**
496 **GUARULHOS NA JURISDIÇÃO DA CAPITAL NO ÂMBITO DO CAU/SP.** O Presidente
497 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** explica que foi aprovado numa
498 plenária o redimensionamento das regionais do Conselho e a ideia atual é retornar Guarulhos para
499 a capital. O Presidente inicia a votação para aprovação da alteração, a qual é **APROVADA** com
500 40 votos a favor, 01 contrários, e nenhuma abstenção. **6) APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA**
501 **PROPOSTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E NORMAS PARA**
502 **ALTERAÇÃO DO ART. 14 DO REGIMENTO INTERNO DO CAU/SP E 7) APROVAÇÃO DA**
503 **ALTERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MEMBROS SUBSTITUTOS DAS COMISSÕES**
504 **PERMANENTES PARA MEMBROS TITULARES.** O conselheiro **MARCELO MARTINS**
505 **BARRACHI** procede à leitura das mudanças no regimento. O Presidente **GILBERTO SILVA**
506 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** explica que o que a comissão está propondo é a correção
507 do regimento do CAU/SP de acordo com o que foi apresentado na plenária anterior, na qual foi
508 informado que o CAU/BR pediu para que todos os estados corrijam o seu regimento e a
509 montagem das comissões, dizendo que quem substitui conselheiro que é titular na ausência na
510 comissão é o seu conselheiro suplente. Então, o que a comissão está sugerindo é corrigir isso no
511 estatuto do Conselho e transformar os conselheiros que são hoje substitutos em conselheiros
512 titulares. Ou seja, todas as comissões terão sete membros. A conselheira **LUCIANA RANDO DE**
513 **MACEDO BENTO** pergunta como acontecerá quando o conselheiro titular não tem suplente,
514 como ela própria e a conselheira Marcia Mallet. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
515 **OLIVEIRA BELLEZA** responde que a comissão tem mais cinco membros, então a reunião
516 continuaria existindo. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** replica que o
517 quórum mínimo não consta nessa proposta de regimento. O conselheiro **MARCELO MARTINS**
518 **BARRACHI** responde que podem acrescentar isso na proposta. O conselheiro **JOSÉ ANTONIO**
519 **LANCHOTI** afirma ser simples, não deu o quórum a reunião não acontece. O Presidente



520 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** afirma que o que estão propondo é um
521 mínimo de três conselheiros, e que após aprovado esse item terão que aprovar a mudança de
522 cinco para sete conselheiros nas comissões permanentes. O Presidente, então, procede à
523 votação da proposta da Comissão Permanente de Legislação e Normas para alteração do Atr. 14
524 do Regimento Interno, é **APROVADA** com 44 votos a favor, nenhum contrário, e nenhuma
525 abstenção. Na sequência procede a votação da Alteração da Condição de membros substitutos
526 das Comissões Permanentes para membros titulares, que é **APROVADA** com 41 votos a favor,
527 nenhum contrário e 03 abstenções. **8) JULGAMENTO DE PROCESSO: 1000015180/2015**
528 **INTERESSADOS: CAU/SP E CAMILO CAMPOS ARQUITETURA (ORIGEM COMISSÃO**
529 **PERMANENTE DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL).** O Presidente **GILBERTO SILVA**
530 **DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** retira o item de pauta pois o conselheiro relator do
531 processo não está presente na plenária. **9) INFORMES DA COMISSÃO PERMANENTE DE**
532 **LEGISLAÇÃO E NORMAS SOBRE A REUNIÃO TÉCNICA DA COA CAU/BR REALIZADA EM**
533 **VITÓRIA/ES NO DIA 14/10/2016.** O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA**
534 **BELLEZA** passa a palavra ao Conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** que inicia sua fala
535 informando ter observado um problema na composição da Comissão de Sindicância. O Presidente
536 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** informa que a conselheira Claudete
537 Lopes foi eleita para a Comissão de Sindicância enquanto já fazia parte da Comissão de Ética, e
538 que os membros da Comissão de Ética não podem participar da Comissão de Sindicância. A
539 Conselheira **VERA SANTANA LUZ** sugere que como o segundo candidato mais votado foi o
540 Conselheiro Mario Yoshinaga, que ele assuma a posição, se todos os Conselheiros assim
541 concordarem. O Conselheiro **PAULO CANGUÇU FRAGA BURGO** informou que pela ordem
542 cronológica dos acontecimentos a Conselheira Claudete não era membro titular da Comissão de
543 Ética quando se candidatou à Comissão de Sindicância, assim sendo questiona se não poderia
544 haver uma interpretação jurídica diferenciada. Assessora jurídica **DRA. KARINA CRUZ** explica
545 que a conselheira Claudete Lopes já era membra substituta da Comissão de Ética e que o
546 problema se instalou com a aprovação da transformação de membro substituto para membros
547 titulares. Então, ela está neste momento como membro tanto da Comissão de Sindicância como
548 membro da Comissão de Ética. Sendo assim, neste momento ela se encontra impedida para a
549 Comissão de Sindicância e o plenário no caso poderia receber o impedimento caso ela seja
550 opção. O conselheiro **ALTAMIR CLODOALDO RODRIGUES DA FONSECA** pergunta se não é
551 possível ela ter um impedimento temporário enquanto estiver na Comissão de Sindicância. O
552 Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** solicita a manifestação da
553 conselheira. A conselheira **CLAUDETE APARECIDA LOPES** afirma preferir permanecer na
554 Comissão de Ética se puder fazer tal escolha. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
555 **OLIVEIRA BELLEZA** pergunta o que deve ser feito então. A assessora jurídica **DRA. KARINA**
556 **CRUZ** explica que a conselheira tem que declarar o impedimento enquanto participante da
557 Comissão de Sindicância e a plenária tem que receber, então aconselha que o Presidente coloque
558 a ciência por meio de votação no sistema de ciência igual ao da renúncia para que seja dada a
559 validade ao impedimento. A conselheira **CLAUDETE APARECIDA LOPES** afirma, então, estar



560 impedida de participar nessa comissão e que vai permanecer na Comissão de Ética. O
561 conselheiro **EDMILSON QUEIROZ DIAS** afirma que como não havia uma definição dessa
562 aceitação e as regras estavam pensadas de outra maneira, e não houve má fé, acredita que
563 deveria haver uma nova eleição. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que o
564 problema é que como membra de ambas as comissões ela participará de duas instâncias em um
565 mesmo caso. A conselheira **VIOLETA SALDANHA KUBRUSLY** endossa que fizeram uma
566 votação onde houve um empate, e como estão ainda na própria sessão podem resolver essa
567 questão chamando o conselheiro com o mesmo número de votos e perguntando se ele deseja
568 assumir a vaga. O conselheiro **RUY DOS SANTOS PINTO JUNIOR** afirma que o que ocorreu é
569 causa de nulidade, então todos os votos que foram dados a ela são nulos porque já existia uma
570 consideração de que ela não poderia participar. Acontecendo isso aquele empate que houve
571 tornar-se-ia desnecessário, portanto a solução é simplesmente declarar o conselheiro Mario
572 Yoshinaga como eleito. A conselheira **DEBORA PINHEIRO FRAZATTO** afirma que as votações
573 são muito próximas entre si, tiveram outros conselheiros que também tiveram um número
574 expressivo de votos. Então, gostaria de saber como se resolve essa situação sem que haja
575 prejuízo dos três votos que cada um dos conselheiros deu no momento da votação. A conselheira
576 **VERA SANTANA LUZ** afirma que a manifestação da assessora jurídica foi clara, então vai seguir
577 a posição que foi colocada por alguns colegas conselheiros e manifesta pelo jurídico como
578 correta. O conselheiro **LUCIO GOMES MACHADO** afirma que a colocação do conselheiro Ruy
579 dos Santos é absolutamente coerente e reitera a necessidade do jurídico se pronunciar quanto a
580 ela. O conselheiro **RUY DOS SANTOS PINTO JUNIOR** explica que anulação se dá quando
581 aconteceu alguma coisa de errada e nulidade vem como um vício que já existia. Esse vício que
582 está existente é o fato da conselheira Claudete Lopes não poder se candidatar. Então, os votos
583 que foram dados a ela foram dados a uma candidatura nula. Mas, isso não inviabiliza a votação
584 que foi feita de maneira nenhuma porque a nulidade é somente com relação a situação dela. Com
585 relação aos outros candidatos as coisas continuam exatamente iguais, nada muda. Então,
586 desaparece aquele empate e tem-se a classificação anterior mantida sem a presença da
587 candidatura que é nula. A assessora jurídica **DRA. KARINA CRUZ** afirma também entender que
588 não há necessidade de uma outra votação. Mas, o plenário é soberano, então se resolver realizar
589 outra votação ele vai anular a votação anterior e fará outra. Ademais, a assessora informa que a
590 colocação do conselheiro Ruy Santos faz muito sentido pois no site das Eleições 2016 do Governo
591 Federal indica que votos nulos não são capazes de mudar uma eleição, pois não são
592 considerados válidos. Então, os votos que foram imputados para a conselheira Claudete são votos
593 nulos porque ela tinha o impedimento. Esses votos não são considerados válidos, mas a eleição
594 deve permanecer porque foi legítima. O Presidente **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE**
595 **OLIVEIRA BELLEZA** solicita a ciência da conselheira Claudete Lopes e pergunta ao jurídico se o
596 texto da tomada de ciência do impedimento da conselheira está correto. Por fim, devido ao
597 impedimento a votação do conselheiro Mario Yoshinaga é aceita como válida e o conselheiro é
598 eleito para a comissão. Tendo a definição da situação da colega Claudete, o Presidente



599 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA** encerra a 10ª Sessão Plenária
600 Ordinária de 2016 do CAU/SP.

601 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**
602 **Presidente**